

---

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar,  
em Brasília, em 5 de março de 2015, por Gunter Axt.

## **MARCO ANTONIO PINTO BITTAR**



**Marco Antonio Pinto Bittar** nasceu em 12 de julho de 1946, no antigo Distrito Federal, hoje município do Rio de Janeiro. É filho de Antonio José Bittar e Maria Pinto Bittar. Casou-se com Lúcia Maria Alvim Souza Bittar. Bacharelou-se em Direito, pela Universidade Federal Fluminense, em 1972, além de ter concluído o curso de Administração de Empresas. Foi delegado da Polícia Federal entre 1977 e 1981, ano em que ingressou, por concurso público, na carreira do Ministério Público Militar como procurador militar de segunda categoria, cargo inicial, hoje denominado promotor de Justiça Militar. Exerceu, inicialmente, suas atividades na Procuradoria da Justiça Militar da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo. No ano seguinte, passou a funcionar junto à 11ª Circunscrição Judiciária Militar, em Brasília. No período de 1984 a 1985, exerceu o cargo comissionado de chefe de gabinete do procurador-geral da Justiça Militar. Em 1984, foi nomeado ao cargo de procurador militar de primeira categoria, regressando, no entanto, à situação anterior no ano seguinte. Em 1987, foi novamente promovido a procurador militar de primeira categoria. Em 1992, foi nomeado subprocurador-geral da Justiça Militar. Em 1993, foi nomeado corregedor-geral do Ministério Público Militar e eleito vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público Militar. Foi eleito, além disso, em 1991 e, novamente, em 1993, presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar. Em 1994, foi nomeado procurador-geral da Justiça Militar. Em 1995, aposentou-se.

**Memória MPM** – *O senhor é natural do Estado do Rio de Janeiro?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Sim, da época em que era Distrito Federal. Minha certidão de nascimento descreve: “natural do Distrito Federal” [risos]. Depois, passou a ser o Estado da Guanabara e, finalmente, Estado do Rio de Janeiro.

**Memória MPM** – *Pois é [risos]. Me parece que a integração deixou algumas sequelas...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Sem dúvida. Foi uma situação que eu vivi. A fusão pretendeu apagar os traços do Estado da Guanabara. Não há como negar que era mais próspero, intelectualmente mais exuberante, enquanto que o Estado do Rio sempre foi mais atrasado. Na minha impressão, o atrasado engoliu o próspero. Na época, eu era funcionário do Estado da Guanabara e trabalhava na assessoria parlamentar do governador no Palácio. O meu chefe era um intelectual, um jurista. Cada setor tinha sua própria biblioteca, mas a melhor do Palácio Guanabara era a da assessoria parlamentar, com livros novíssimos, adquiridos na semana ou no mês. Apesar de não existir bibliotecário, as consultas eram constantes, em ordem de fornecer elementos para os pareceres da assessoria. Infelizmente, eu vi aquilo tudo ser despejado, as prateleiras serem forçadas abaixo e os livros serem recolhidos com carrinhos de mão, como se fosse entulho. Isso me marcou. As pessoas chegaram com a imagem de quem ou o que era da Guanabara, não prestava. O Estado da Guanabara era muito bem-integrado às novas teorias e práticas administrativas, na pragmática científica, e o que veio do Rio era atrasado. Se usávamos uma determinada ficha, de repente ela não mais importava, não interessava, tínhamos que usar as do outro lado da Baía.

**Memória MPM** – *Eu sinto que algumas instituições do Rio de Janeiro ficaram fraturadas, cindidas, até quase recentemente. O caso do Ministério Público do Rio de Janeiro talvez seja um, de uma instituição que demorou muito até conseguir essa união, justamente pelas culturas administrativas serem tão diferentes.*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – A verdade é que não houve integração na prática. Bem, meu chefe conseguiu um cargo na Alta Administração da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e me convidou para acompanhá-lo. Claro que aceitei! [risos]. Ainda mais depois que vi como estava ficando o Palácio Guanabara. Permaneci talvez um mês no limbo antes disso. Nós, que éramos da administração anterior, sofriamos uma espécie de assédio emocional. Todo dia, no fim da tarde, havia uma reunião para decidir quem ficaria e quem iria embora. Enquanto não se soubesse quem ficaria, onde seria realocado, a situação era horrível, de pressão diária. Com este quadro em andamento, fui então para a Prefeitura do Rio, e lá exerci o primeiro cargo de maior importância, algo como: diretor da Divisão de Documentação do Departamento de Registro da Superintendência... O nome era tão grande que não cabia no carimbo! [risos]. Eu atuava sozinho na Divisão, somente eu mesmo! [risos]. Então, passei um mês ou dois naquele sofrimento de indefinição, mas, em compensação, os seguintes seis ou oito meses na Prefeitura do Rio, num momento muito bom. Isso porque a Prefeitura assimilou tudo que provinha do Estado da Guanabara. Em seguida, porém, depois desses poucos meses, fui chamado por um concurso de delegado de Polícia, ao qual eu havia me inscrito pouco antes, e fui para Brasília fazer a Academia Nacional de Polícia. Se não me engano, esse curso da Academia foi em 1976. Em 1977, fiquei em Brasília já como delegado da Polícia Federal.

**Memória MPM** – *E a opção pelo Direito, como surgiu em sua vida? Havia tradição na família?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não havia. Meu pai ficou viúvo com quarenta anos, estando eu com doze. Um amigo dele levou as apostilas do vestibular e disse-lhe: “Olha, você vai parar de ficar nessa tristeza permanente, lembrar que tem um filho e que tem apenas quarenta anos – trouxe aqui as apostilas para você estudar e tentar fazer vestibular no que quiser, mas eu, em particular, fiz para Direito.”. Meu pai aceitou a proposta e leu as apostilas nos meses seguintes à morte de minha mãe; prestou vestibular e fez Direito, aos quarenta anos. Quando era jovem, ele havia tentado o curso de Odontologia, mas acabou não concluindo, pela incompatibilidade de sustentar o emprego e a faculdade.

**Memória MPM** – *Seu pai trabalhava em que nesse período?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Ele era sargento-enfermeiro do Exército. Durante a Segunda Guerra Mundial participou da evacuação de feridos dos Estados Unidos para o Brasil numa operação conjunta com os norte-americanos. Durante um ano foi de avião para Nova York e/ou Miami, retornando em navio-hospital americano com os brasileiros feridos, no último ano da Guerra.

Trabalhava no Hospital Central do Exército, mas era vendedor praticista também, nas horas vagas. O acúmulo de tarefas o fatigava. Com o falecimento da minha mãe, ele acabou mudando de rumo, se formando em Direito aos quarenta e cinco anos, e se formando aos sessenta em Administração. Estou contando a história dele, porque é importante para minha própria vida, visto que sou filho único e que fui criado praticamente

apenas pelo meu pai. Quando terminei o Colégio Pedro II, eu fiz vestibular para Medicina. Naquela época, havia uma nota mínima acima da qual você estava aprovado, mas nem sempre havia vagas. Então, eu fui excedente de Medicina em 1966 ou 1967. Esta turma de excedentes da qual eu fazia parte conseguiu, com dona Iolanda da Costa e Silva, ser a primeira turma de Medicina de Manaus. Mas, naquele período, eu considerava que sair do Rio de Janeiro para ir a Manaus seria uma excursão à selva [risos]. Era a visão que se tinha no período: não muito aprazível em relação ao Norte. Acabei não aceitando. Fiz, no lugar disso, vestibular para Medicina mais uma vez; porém, fui pior no exame. Resolvi então – talvez seguindo os passos de meu pai – tentar o Direito. Após dois meses estudando, consegui passar em cinco Faculdades, escolhendo a Federal Fluminense para cursar.

**Memória MPM** – *E como foi esse tempo na Faculdade? Muito agitado?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Sim, porque foi em 1968... A minha turma era interessante. Nós éramos 100 alunos, salvo engano, sendo a metade no turno da manhã e a outra parte, à noite. Nós tínhamos vários colegas agitadores, e havia também muitos policiais infiltrados: não sei se eles eram policiais e por isso estavam como alunos, ou se eram alunos porque eram policiais [risos]. Mas havia muitos entre a turma. Os agitadores, especialmente aqueles vinculados ao Centro Acadêmico, faziam todo o tipo de movimentos. No primeiro ano, em particular, houve bastante movimentação, depois foram ficando mais calmos, ou foram acalmados. Muitos dos policiais não escondiam sua origem. Talvez, alguns, cuja identidade nós nunca tenhamos sabido. Eu sempre fui quieto, nunca fui de me envolver nas manifestações. Fui criado numa família lacerdista, contra a ditadura, mas uma que eu não vivi, da qual ouvi muito falar: a ditadura do Getúlio. O que eu ouvi em casa sempre foi

contra o Jango e o Brizola, que encarnavam a herança getulista. Mas a maior parte dos estudantes era como eu e não se imiscuía com política.

**Memória MPM** – *Recorda-se de algum colega que foi cassado, ou professor?...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Houve um caso famosíssimo. Numa época em que os professores ministravam suas aulas de terno e gravata, o professor [João Luiz Duboc] Pinaud ia de pulôver vermelho. Era juiz do Estado do Rio, tendo sido cassado na esteira do AI-5 justamente como tal, mas não como professor. Ainda há pouco ele frequentava os noticiários. É um advogado atuante. Para nós, naqueles tempos, parecia realmente revolucionário e contrário ao regime militar. Fugia ao padrão do professor circunspecto. As aulas dele eram muito boas. Era preparado e eloquente. Tinha o orgulho de haver passado em primeiro lugar nos concursos para juiz e para professor. A meninada ficava encantada.

Já sobre colegas atingidos pelo regime, creio que houve um. A gente não sabe realmente, porque essas coisas eram feitas às escondidas, mas me parece que foi um colega que veio do Mato Grosso para estudar no Rio, de família abastada. A história que ele contou quando reapareceu foi que, durante uma visita ao Maracanã, em companhia de um colega do Mato Grosso que estava hospedado com ele, foram presos na saída. Ele passou uma semana sem aparecer na Faculdade e ninguém sabia o porquê. Quando voltou, afirmou que esse tal camarada do Mato Grosso veio ao Rio para manter encontros clandestinos, coisa que ele não sabia. O outro rapaz já estava sendo vigiado e ele acabou sendo capturado junto. Esse meu colega levou, pela minha memória, pelo menos uma semana para conseguir provar que não tinha nada a ver com o caso.

Afora isso, mal me recordo de outros casos. Não consigo lembrar os nomes dos colegas mais agitadores. Mas lembro-me de dois irmãos, um rapaz da minha classe e sua irmã, do período da manhã, que se revezavam entre as turmas para levar mensagens de encontros, de protestos. Mas, de maneira geral, a Universidade Federal Fluminense, pelo menos na minha turma da noite, não se envolvia muito. À noite, todo mundo trabalhava. As pessoas estavam na Faculdade para melhorar de vida e tudo era feito com sacrifício...

**Memória MPM** – *Debatia-se o regime nas salas de aula? O que o professor dizia, por exemplo, quando ensinava Direito Constitucional?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não, não era debatido, de fato. A aula do Pinoud era a única que permitia elucubrações... Acho que era a disciplina de Teoria Geral do Estado.

**Memória MPM** – *E a formatura?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Formei-me em 1972. Não havia a necessidade de um período de prática antes de prestar algum concurso. Bastava o diploma, o título.

**Memória MPM** – *Mas não havia um tempo de trabalho como solicitador, quintanista?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Havia, de fato. Eu utilizei aquela famosa “carteirinha azul”. Creio que desde o quarto ano... No ano da minha formatura surgiu o exame da Ordem. O alcance ainda era local; hoje, vale em todo o território nacional. Como a Faculdade era em Niterói, fiz o exame nesta cidade. Quando fui me inscrever na OAB do Rio de Janeiro, precisei prestar outro. Felizmente fui aprovado nos dois [risos]. Em seguida, me inscrevi para

um concurso para promotor no Estado do Espírito Santo. Fui reprovado em primeiro lugar! [risos].

**Memória MPM** – *Como assim?! [risos].*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – [risos] Íamos para o Espírito Santo num final de semana: no domingo, se fazia a primeira prova, que era corrigida e tinha os resultados divulgados na terça-feira. Depois, havia a segunda, a terceira e a quarta, todas eliminatórias. A última prova, a quinta, seria a classificatória. Talvez eu esteja me enganando apenas em relação ao número de provas, mas era assim a organização. Na primeira, que tinha peso três, eu tirei dez; na segunda, que tinha peso dois, eu tirei nove; enfim, todas ótimas notas que me permitiram abrir boa distância dos demais candidatos. Quando eu já estava com quase vinte pontos de diferença pela soma de notas, fui apresentado, na Praça Jerônimo Monteiro, a praça do Fórum em Vitória, pelo procurador-geral em pessoa, como “o seu mais novo colega”... Eu estufei o peito de um jeito que nem cabia mais em mim [risos]. Com vinte e tantos anos e já promotor do Espírito Santo! Já imaginava até a carreira feita: eu seria nomeado promotor de uma entrância bem no interior, mas sequer precisaria ir até lá, pois no dia seguinte seria promovido na entrância mais próxima e no terceiro dia, já estaria transferido para Vitória! [risos].

**Memória MPM** – *Como isso seria possível?!*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Havia muitas vagas ainda em Vitória... Mas, enfim, enquanto eu sonhava, tudo mudou. A quinta prova era no domingo seguinte, uma semana depois da primeira. A nota mínima era quatro, sendo o tema optativo, em Processo Civil ou Processo do Trabalho. O presidente da banca era o titular de Processo Civil da Universidade Federal

do Espírito Santo. Da questão de Direito Civil eu não me recordo ao certo, mas a de Direito do Trabalho era simplesmente um “Disserte sobre o Processo do Trabalho”. Fiz o seguinte raciocínio: “não estou muito preparado para a Área Cível, tenho meus medos e temores, visto haver focado meus estudos na Área Penal. Esse presidente da banca, pensei, deve ser muito bom em Processo Civil, e em qualquer coisa que eu resvale ele certamente me pega; já Processo do Trabalho, a CLT dá toda a sequência, e é só eu seguir o guia que não tem erro”. Escolhi então fazer Processo do Trabalho, eu e mais dois candidatos. Todos os que fizeram essa opção foram reprovados, e todos os que escolheram Processo Civil, aprovados. Não sei se é lenda ou se é verdade, mas dizem que o professor se sentiu desprestigiado na matéria dele pelos que selecionaram Processo Trabalhista. Minha nota foi três com esse presidente da banca, sendo que um dos demais membros seguiu a nota dele e o terceiro me deu uma nota quatro, média final de 3,33: foi numa divisão com dízima eterna na minha vida, pois me rendeu a reprovação, sem a nota mínima [risos]. A minha carreira no Ministério Público do Espírito Santo acabou ali, antes de começar [risos]. E não é falsa modéstia: eu preparara um material de estudos e tirara dúvidas de vários colegas, pois estávamos todos no mesmo hotel no aguardo do concurso; solucionara dúvidas de pessoas que viriam a passar no concurso, mas as minhas dúvidas, de certa forma, eu não tirei [risos]. Essa experiência, de alguma maneira, me traumatizou. Eu só fui conseguir me reerguer em 1975, ocasião em que me inscrevi em vários concursos e passei em alguns, reprovando em outros. Para a área de Direito, passei para inspetor do Trabalho, inspetor da SUNAB, e inspetor da Polícia Federal, entre outros.

Havia apenas uns cinco ou seis delegados de Polícia Federal: o pessoal os chamava de “cardeais”. Todo mundo era, assim, inspetor de Polícia

Federal. Quem fazia as funções do delegado eram justamente os inspetores de Polícia Federal. O primeiro concurso em que fui chamado foi esse de inspetor de Polícia Federal. Ao mesmo tempo, foram convocados dois mil aprovados para fazerem curso de preparação em Brasília. Foi um período, sem dúvida, de renovação, de “sangue novo”. Durante o curso de inspetor, uma legislação alterou o cargo, de inspetor para delegado de Polícia Federal. Por isso, a minha turma foi a primeira de delegados de Polícia Federal. Não cheguei a verificar minha situação em relação aos demais concursos, uma vez integrado ao curso de delegado. A Polícia Federal, nessa época, estava com um quadro muito bom. Hoje parece que estão ainda bem-preparados, pelas apresentações e atuações que percebemos pela televisão. Mas essa época de renovação também era boa. Houve quem não tenha conseguido concluir o curso, por ter sido chamado para trabalhar em áreas como a Receita ou como a Advocacia do Banco Central, ou os Ministérios Públicos dos Estados. Eu fiquei na Polícia Federal de 1977 a 1981. O curso durava seis meses, mas só fomos nomeados em início de 1977.

**Memória MPM** – *Teve algum episódio que lhe chamou a atenção nesse período? Algum caso interessante na Polícia Federal?...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Eu praticamente não tive atuação policial. Fui assessor, ora da Direção-Geral, ora da Coordenação Central Policial, que era o substituto eventual da Direção-Geral. Fui praticamente assessor de gabinete o tempo todo. Apenas uma vez, por cerca de um mês, estive numa operação de combate ao contrabando de café, desenvolvida pela Polícia Federal e custeada pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café). Essa operação foi realizada em Mato Grosso do Sul, desde a fronteira do São Paulo até o Paraguai, numa tentativa de cortar esse fornecimento. Era curioso que o Paraguai não plantava uma saca de café, mas exportava o produto em

grande quantidade. Assim, a operação buscava fiscalizar as carretas ilegais de contrabando de café. Durou anos...

**Memória MPM** – *Aí apareceu o concurso para o Ministério Público Militar...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – O concurso foi em 1980. Note que era o primeiro em vinte anos. No anterior, em 1960, haviam sido aprovados o Dr. Milton Menezes, a Dra. Marly Gueiros, o Dr. Ruy de Lima Pessôa, entre outros. Embora não apareça nas menções, creio que há um colega, o Flávio [Benjamim Correia de Andrade], também aprovado nessa oportunidade. Alguns dos aprovados no concurso já trabalhavam no Ministério Público Militar, nomeados. Creio que houve quem tenha continuado ligado à instituição mesmo sem ter prestado esse concurso. Houve, também, emendas constitucionais que efetivavam vários promotores. Mas, enfim, eu me inscrevi no concurso em segredo, sem mencionar a ninguém.

**Memória MPM** – *Nessa época já estava casado?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Sim, tinha já um filho, o mais velho, Bruno Marco Alvim Souza Bittar. Minha esposa se chama Lúcia Maria Alvim Souza Bittar. A nomeação foi em 1981. Fiz o concurso escondido porque tinha receio de ser eventualmente reprovado e sofrer com as piadas em torno disso, num período em que a rivalidade era muito grande, dentro do próprio Ministério Público da União e também na Polícia. O sonho da Polícia era a paridade salarial com o procurador do Trabalho, cuja pretensão, por sua vez, era ganhar igual ao procurador da Justiça Militar e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que, por seu turno, sonhava em ter os mesmos benefícios do procurador da República. Vim para o Ministério Público Militar

ganhando, num primeiro momento, menos do que como delegado de Polícia Federal. Foi durante um período em que devido a aumentos diversos que beneficiaram a Polícia, eu ganharia o dobro se lá tivesse permanecido. Foi assim até princípios de 1985, quando o presidente Figueiredo reagiu a uma paralisação ou greve do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que estava gerando o caos no Judiciário local. O aumento autorizado foi tão substancial que a carreira ficou interessante.

**Memória MPM** – *Mas isso foi no Ministério Público do Distrito Federal?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Sim, mas o Ministério Público do Trabalho e o Militar acabaram sendo um parágrafo na lei. Eu brincava: “Não me importa se nós somos um parágrafo do artigo de vocês, o que me importa é que vocês conseguiram, e levaram todos junto” [risos]. Foi quando a gente passou a receber melhor. Então, de 1981 a 1985 eu ganhei menos no Ministério Público do que perceberia na Polícia Federal...

**Memória MPM** – *E por que a opção pelo Ministério Público?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Bem, nós tínhamos um lema na Polícia Federal que era: “O Brasil como fronteira”. Ou seja, você poderia ir a qualquer lugar a qualquer momento, dentro do Brasil. E se acontecesse isso, inclusive, era porque você tinha prestígio para tanto, isto é, para ocupar um cargo de chefia no departamento. Mas eu não gostava muito desse prestígio, não [risos]. Quando eu passei no concurso do Ministério Público Militar, meu antigo chefe ficou sabendo pelo Diário Oficial, me chamou e perguntou se eu iria assumir mesmo. Respondi que estava pensando ainda sobre o que fazer. Ele rebateu falando que estava na época de remoções e que precisava de gente boa no Acre. Foi quando dei a resposta mais rápida de minha vida, dizendo: “Não,

não, eu estou pensando é em tomar posse!” [risos]. Assim, ele me retirou desse planejamento das remoções. Optei pelo Ministério Público porque apesar de ter me adaptado bem às funções que me eram submetidas na Polícia, outras que eu poderia vir a exercer a partir dali não pareciam se coadunar com o meu perfil. Precisava-se de toda uma estrutura emocional, posturas e necessidades de atuação que eu considerava que não possuía, e nem possuo hoje em dia! Identificava-me, também, mais com a área de atuação no Ministério Público, visto que até mesmo os cursos preparatórios que fiz no início da década de 1970 foram para juiz e para o Ministério Público...

**Memória MPM** – *Mas quais cursos eram estes?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Eram cursos muito bons, no Rio de Janeiro, tidos como os melhores preparatórios. Não sei se eles tinham algum nome específico, mas eram os “cursos da Lagoa”. Noturnos, eles começavam depois das sete horas e se estendiam, às vezes, até a meia-noite. Foi próximo de 1973 ou 1975, quando havia vários cursos preparatórios para concursos para juízes e promotores. Havia um juiz de Brasília que passou em primeiro lugar no concurso: quando ia visitar o Rio, todos o admiravam, querendo seguir o exemplo dele. Estes cursos eram ali na Rua Fonte da Saudade, na beira da Lagoa. Havia feito, anteriormente, outro curso no Colégio São Bento, mas esse da Fonte da Saudade era um exemplo de preparatório. Eu praticamente só assistia às aulas, porque trabalhava o dia inteiro.

**Memória MPM** – *Como foi sua atuação no MPM?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Bem, no MPM, eu, o [José Carlos] Couto de Carvalho e o Hélio [Silva da Costa] fomos designados para trabalhar em São Paulo. Muita gente queria ir para o Rio, pois de lá eram originários.

Mas não havia vaga. O mais perto do Rio era São Paulo. Eu nunca quis ir para o Rio, que estava muito tumultuado com a tal fusão dos Estados: queria voltar para Brasília. Assim que tomamos posse, ainda no mesmo dia, fomos para São Paulo. A posse era em Brasília, mas o exercício era assumido nos devidos lugares, transmitido por telex, o aparelho de comunicação da época. Fomos todos no mesmo voo. O único que viajou com a esposa fui eu, com vistas a arrumar a moradia. Ao chegar a São Paulo, tínhamos que fazer duas coisas de pronto: ir ao Banco do Brasil abrir uma conta para o pagamento, e mandar um telex, comunicando que nos encontrávamos em exercício, anexando também aí o número da tal conta-corrente. Seguimos para a 1ª, 2ª e 3ª Auditoria; salvo engano, assumi a segunda.

**Memória MPM** – *A posse então era em dois tempos, em Brasília e na Auditoria de designação? Podia ser por procuração?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – A posse acontecia na Procuradoria, que ficava no sétimo andar do STM. Poderia se dar pessoalmente ou por procuração, forma pela qual as pessoas que assumiriam o exercício em lugares muito distantes geralmente optavam. A Procuradoria inteira funcionava naquele andar. Era a última sala no extremo do corredor, sendo toda a parte esquerda o setor administrativo e a parte direita, destinada à atividade-fim. Os três subprocuradores-gerais, cargos em comissão, tinham o gabinete junto à parte administrativa. Este último gabinete era do procurador-geral. Tinha, também, a galeria dos procuradores-gerais. Em 1980, o procurador-geral era o Dr. Milton Menezes da Costa Filho, que organizou o concurso, presidiu a banca, deu posse, tendo proferido o discurso de boas-vindas e últimas instruções aos novatos. Assistindo àquela liturgia, com a galeria de retratos dos procuradores-gerais ao fundo, tive o sonho de um dia ser procurador-

-geral, mesmo considerando que muitas das imagens eram de pessoas que eu jamais havia ouvido falar. De qualquer forma, eles estavam ali perpetuados. Da posse em si, me lembro pouco além desse sonho...

Fomos para São Paulo e lá havia muito movimento! Alguém descreveu que em Brasília era conturbado, mas posso afirmar que as Procuradorias de lá eram piores. Imagine um cubículo minúsculo de quatro metros quadrados, com três mesas, todas grudadas umas nas outras, e nós chegando para trabalhar e, por vezes, tendo que passar por cima de mesas para circular. Era num local assim que funcionavam as Procuradorias, e por gentil concessão do juiz-auditor. Realmente, não cabiam os três ao mesmo tempo na saleta. Era um titular e dois substitutos. Tínhamos de nos revezar. Além disso, nós não recebíamos material, não havia comunicação: não tínhamos nada! O órgão era paupérrimo. Era o filhinho rejeitado, o patinho feio do Ministério da Justiça. Era terrível! Funcionava na avenida Brigadeiro Luís Antônio, num prédio da Justiça Militar, em que estavam instaladas as três Auditorias.

**Memória MPM** – *E eram todas mistas? Ou uma da Aeronáutica, uma da Marinha e outra do Exército?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Todas mistas. Eu morei um ano em São Paulo e a minha maior lembrança é de uma grande demanda de trabalho, em condições terríveis.

**Memória MPM** – *O senhor chegou a se arrepender em algum momento? Porque além da perspectiva de redução de salário, houve também essa mudança para condições de trabalho muito ruins...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não. Apesar de a Polícia Federal estar inaugurando seu edifício-sede, ainda hoje no Setor de Autarquias do Distrito Federal, com todo o conforto. O prestígio da Polícia Federal era grande. Mas mesmo assim não me arrependi. E olha que nem consegui conhecer São Paulo. Minha mulher tinha um pouco mais de disponibilidade de tempo e pôde conhecer melhor São Paulo, junto com meu filho mais velho, que naquela época tinha três anos. Minha rotina era: de casa para a Procuradoria, da Procuradoria para casa. Um percurso até curto, que eu fazia a pé: morava no Bairro Paraíso, pertinho da avenida Brigadeiro Luís Antônio. Quando estava chovendo, minha esposa ia me buscar no trabalho de carro.

Nessa época, não havia casos envolvendo a Lei de Segurança, mas havia a execução de sentença.

**Memória MPM** – *Apesar da Anistia de 1979?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Sim, porque havia ainda execuções de sentenças declaradas antes da Lei da Anistia. Nós tínhamos que officiar em execuções, simplesmente. Officiei no caso do Airton Soares, advogado e ex-deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, entre outros. O advogado de quase todos era o [Luiz Eduardo] Greenhalgh. Em São Paulo, ele assumia a maioria dos casos.

Quando cheguei a São Paulo, meus colegas disseram: “Veja, tem um processo aí *pra* você”. Era o processo dos sindicalistas do ABC, nos quais pontificavam o Lula, o Alemão, dentre outros. O primeiro julgamento havia sido anulado pelo STM, que também reconheceu a denúncia como inepta. Voltou então para ser submetido a novo julgamento, que aconteceria poucos dias depois de eu ter assumido! Não havia tempo hábil para me preparar

adequadamente. Solicitei ao colega José Garcia de Freitas Júnior, que havia feito o primeiro julgamento, em fevereiro de 1981, que assumisse o segundo, marcado para o dia 19 de novembro. Fui atendido. Começou cedo, e com o clero todo presente, devidamente trajado, acomodado nas primeiras filas do auditório lotado. Eram 13 réus acusados de incitar greves. Foram defendidos por sete advogados, dentre os quais o [José Paulo] Sepúlveda Pertence. Ele havia sido promotor do Ministério Público do Distrito Federal e fora cassado na esteira do AI-5... Chegou a procurador-geral da República em 1985 e, em 1989, a ministro do Supremo Tribunal Federal. Nessa época era advogado – e brilhante! Os riscos que nós corríamos nessa profissão, com uma lei tão difícil de aplicar como era a Lei de Segurança... Veja esse caso, por exemplo, onde uma denúncia de um promotor competentíssimo como o Dacio [Antonio Gomes de Araújo] foi considerada inepta. O Dacio era muito cuidadoso e agia com esmero. Acho que para o promotor não existe coisa que doa mais do que uma denúncia considerada inepta.

O julgamento começou por volta das nove ou dez da manhã e foi até uma ou duas da madrugada, correndo direto. Aquela avenida Brigadeiro Luís Antônio, mais o pátio da Auditoria, estavam concorridos, com batuques e bumbos. O barulho chegava lá dentro. O Exército por vezes intervinha, não pedindo exatamente para o pessoal sair, mas para reduzir o volume, visto que o barulho interferia nos debates. Chamou-me a atenção que precisamos sair do prédio nos carros da Polícia. Foi o julgamento mais emblemático da época. O resultado foi proclamado com a absolvição de três réus e a condenação dos outros dez, com penas que variavam de dois anos a três anos e seis meses de reclusão.

**Memória MPM – E Brasília?**

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Finalmente, surgiu uma vaga em Brasília e eu fui consultado pelo diretor de pessoal, por delegação do procurador-geral, se eu aceitaria. Aceitei.

**Memória MPM** – *Na Auditoria?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Na Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar que, na época, por força de decreto-lei, atuava com Exército, Aeronáutica, Marinha, Polícia Militar e Corpo dos Bombeiros do Distrito Federal. Aliás, esse decreto-lei era interessante, porque a redação era algo assim: “enquanto não for criada a Auditoria para a Polícia Militar e do Corpo dos Bombeiros...”. E nunca era criada... Nós tínhamos um movimento enorme! Essa chamada para a vaga foi em 1982. No duro, eu fiquei em São Paulo um ano. Aliás, chegou um momento em que meu salário só pagava o aluguel do apartamento. Minha esposa era funcionária do Estado de Goiás e me ajudava financeiramente com as despesas. Um fato engraçado é que a minha mudança de Brasília para São Paulo custou 100 “dinheiros” e a mesma mudança de São Paulo para Brasília, um ano depois, custou 1.000 “dinheiros”. Eram os tempos de inflação...

**Memória MPM** – *E o reajuste do salário?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – E o salário!? [risos]. Nada de reajuste! Mas viemos para Brasília, onde assumi a 11ª CJM. Era uma Auditoria movimentada, com bastante gente. Mas, a rigor, funcionavam somente eu e a colega Vera [Regina da Mota Coelho Americano Alves de Brito]. Tínhamos outros colegas, dois ou três, mas que estavam convocados como pareceristas, em substituição aos procuradores de primeira categoria na Procuradoria-Geral. O volume de trabalho na Auditoria, assim, era grande, principalmente com a

Polícia Militar. Em segundo lugar, vinha o Exército; em terceiro, a Marinha, e por último, bem distantes, os Bombeiros e a Aeronáutica, que quase não tinham nenhum processo tramitando. Trabalhávamos no oitavo andar do prédio do STM, com uma sala até razoavelmente grande.

Em matéria de família, nessa época, nasceu a minha segunda filha, a Maria Raquel. Em 1985, veio nossa terceira filha, minha caçula, que este ano faz 30 anos. Hoje tenho um netinho dela e dois do meu filho mais velho.

**Memória MPM** – *Algum processo da Auditoria que tenha lhe marcado?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Houve, sim, um, em especial, cujos nomes, dos envolvidos, prefiro não citar. Alcançou de certa forma um coronel do Exército que foi comandante da PM. Em Brasília havia uma personagem que muitas vezes frequentou as manchetes de jornais, um sargento da PM alcunhado de “Sargento Papa-Anjo”... Ele era acusado de seduzir umas trinta ou quarenta mulheres. Dessas seduzidas, algumas se diziam estupradas. Acho que o cara era sedutor mesmo. Não o conheci, não sei quem é. O *Sargento Papa-Anjo* esteve sob o comando desse coronel. Quando surgiram as manchetes, ele foi preso administrativamente, num quartel de uma cidade satélite. Uma advogada impetrou um *habeas corpus* em favor dele, junto ao Judiciário do Distrito Federal, que não foi adiante. O comandante da PM informou que a prisão era administrativa e a peça teve a seguinte manifestação, perdendo aí qualquer erro de memória: “Incompetente essa Justiça para examinar o pleito, todavia, a petição noticia eventual cárcere privado em prisão não comunicada; archive-se após o pagamento das custas.”. E esse processo ficou num escaninho em algum lugar. Dois ou três anos depois, não sei exatamente a data exata...

**Memória MPM** – *Mas com o sargento ainda preso?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não, o rapaz foi solto... Também não sei exatamente quanto tempo após a prisão, mas logo em seguida. A questão é que cerca de três anos depois, esse coronel seria o primeiro na lista de promoções para o generalato, já estando fora do comando da PM. Mas foi subitamente denunciado na 11ª CJM. A denúncia continha algo do texto do *habeas corpus* que acabei de mencionar. Os ministros do Tribunal estavam viajando, envolvidos em uma inspeção no Sul, sendo que antes de ser protocolada, ou no ato do protocolo dessa denúncia, já havia artigos no *Estado de São Paulo* e na *Folha de São Paulo* com a publicação do caso na íntegra. Esse coronel, primeiro da lista, ficou então para trás. Isso foi nos primeiros dias em que assumi na Auditoria. A PM mandou o Boletim que publicou a prisão. Mandaram também cópia do Livro de Registro da Unidade em que o sargento foi preso. O *habeas corpus* andou porque alguém – que ninguém sabe quem – pagou as custas. Porém, o sargento já nem estava preso. O juiz abriu vista para eu complementar a denúncia e informei que não havia elementos para completá-la, uma vez que havia aquelas informações de que não houve cárcere privado, pois na instituição militar isso só ocorreria se o fato não tivesse constado no Livro de Registro de Presos, nem publicado em Boletim da época.

**Memória MPM** – *Então não houve cárcere privado?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não houve. Mas esse é um caso que a memória não esquece. Bom, em 1985 o Dr. Milton Menezes me convidou para ser chefe de gabinete dele. Aceitei. Ele era – na verdade sempre foi – muito centralizador. Não costumava delegar, a exceção (e isso porque não tinha jeito) dos pareceres de procurador de primeira categoria, porque eram os pareceres do expediente no STM. Nessa época, eu fazia toda a parte administrativa do gabinete, filtrando o que chegava para ele. Ficamos juntos por cerca de

um ano. Foi quando veio a Nova República. O primeiro procurador-geral da Nova República foi o Dr. George Tavares, um advogado do Rio de Janeiro bem-conhecido, quem convidou para chefe de gabinete o Dr. Rutilio [Tôrres Augusto], um dos colegas mais competentes e preparados que temos. O George Tavares tinha uma política de delegação mais forte. Mas veio para cá – e não escondeu isso, que foi dito inclusive em plenário do STM – dizendo que a intenção dele era ser ministro, que estaria, enfim, de passagem. E pelas conjunturas políticas, no momento em que ele percebeu que não conseguiria, preferiu voltar aos afazeres dele no Rio.

**Memória MPM** – *Como foi durante a gestão do Dr. Milton? O senhor chegou a acompanhar os inquéritos da época?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Assessoriei vários inquéritos naquela possibilidade que existe no Código de Processo Penal Militar, de o encarregado do inquérito pedir assessoramento ao Ministério Público. O Dr. Milton é quem me dizia onde funcionar, vez que era ele quem recebia as solicitações. Foram inquéritos importantes em Brasília. Dois ocorreram no HFA (Hospital das Forças Armadas). Outros dois que reputo relevantes ocorreram no Comando Militar do Planalto: o primeiro envolvendo as Intendências e outro a respeito de um crime ocorrido em Goiás, mas cuja repercussão foi em Brasília. Sobre esse último caso, um jornalista foi morto na porta de uma estação de rádio, na qual mantinha um programa policial. A imprensa associou a morte a uma notícia que ele publicara acerca de um homicídio que ocorrera dias antes em Luziânia, e que supostamente teria sido perpetrado por forças paramilitares. A imprensa alegava que havia sido morto por estar chegando próximo de descobrir os autores deste crime. Isso foi uma confusão tão grande, que muita gente perdeu cargos e postos. Houve também o caso da Base Aérea de

Anápolis, com um recruta que morreu afogado atravessando uma das lagoas de lá, sendo encontrado um ou dois dias depois.

**Memória MPM** – *Morreu afogado durante o treinamento?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Sim, e ninguém viu, apesar de muitos estarem treinando junto. O fato de ele não ter sido notado foi terrível. Aparentemente o fardamento e os equipamentos pesaram muito ao se molharem e ele não conseguiu mais subir.

**Memória MPM** – *E as investigações acerca dessas forças paramilitares em Goiás?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não eram paramilitares, mas sim militares mesmo! Esse inquérito foi interessante. Na gestão do George Tavares, eu tive de assessorar, juridicamente falando. A todo o momento o encarregado de inquérito, que era elétrico, ativo, estabelecia demandas e perguntava o que podia ou não fazer. Por exemplo: nós prendemos, num determinado dia, onze militares da ativa e da reserva, em cinco ou seis Estados diferentes, na mesma hora. Foi tudo articulado. Ele era empolgado em dar cabo ao inquérito, porque exatamente a investigação transcorria em torno dessa incursão de forças paramilitares que resultou num homicídio. Esse inquérito deve estar hoje perdido em algum arquivo. O caso ficou conhecido como o “Crime de Três Vendas”. Era o nome de um local em Luziânia onde o camarada foi morto, por estar no lugar errado, na hora errada, de forma totalmente gratuita. Faz trinta anos... Olha que fazer tantas prisões no mesmo dia e na mesma hora, demandou um enorme esforço logístico para que não houvesse comunicação entre eles, e alguns dos envolvidos deixasse de ser preso. Todas as prisões foram devidamente

justificadas pelo encarregado do IPM nos termos do Código de Processo Penal Militar.

**Memória MPM** – *Foram condenados?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não acompanhei a tramitação do inquérito, mas fiquei muito aborrecido com a liberação, pela Auditoria, dos detidos durante o inquérito, sem um exame profundo daquelas justificativas que fundamentaram as prisões.

**Memória MPM** – *Em 1985 houve uma promoção que não se concretizou, não é verdade? O senhor se recorda de algo sobre isso? Em 29 de novembro de 1984, saiu promoção para procurador militar de primeira categoria, mas em 6 de dezembro de 1985 retrocedeu tudo à situação anterior em razão de uma lei que não havia sido votada no Congresso...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não havia vagas. Mas não me lembro ao certo da situação...

**Memória MPM** – *Em 13 de dezembro de 1987 a promoção foi reafirmada.*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Pois é... Entre 1985 ou 1986 eu reivindiquei algo, que dependia de ato puramente discricionário do procurador-geral, pois ele convocava membros para dar pareceres nos processos do Tribunal. Havia colegas, inclusive da 11ª CJM, que eram pareceristas. E eu disse para mim mesmo que fazia meu trabalho exemplarmente, sem nunca ter reclamado, tranquilo. Decidi que também gostaria de ser parecerista e passei a sê-lo nos processos junto ao Tribunal. Mas só fui promovido a procurador de primeira categoria mais tarde. Foi interessante... Disputávamos essa promoção eu e um colega. A Comissão se reuniu perto das duas ou três

horas da tarde, para um tipo de encontro que costumava ser rápido, visto que os papéis e as discussões já estavam preparados. Mas esta promoção levou muito tempo para ser definida: a tarde inteira! Um colega da banca queria que o outro candidato fosse promovido, e os outros dois queriam que eu fosse promovido. E esse colega da banca teimou em convencer os outros dois. Estendeu-se até as seis horas da tarde a discussão [risos]. Depois, com o advento da Lei Complementar 75, ocorreram mais alguns movimentos e fui promovido a subprocurador-geral. Acho que aí passou a ser atribuição do Conselho Superior do Ministério Público. Em determinado momento, eu ocupei todos os cargos da Procuradoria, mas claro, cada um por sua vez [risos]. Fui substituto do procurador-geral em impedimento, não recordo em que ano, quando o procurador-geral – que já estava em substituição – enfartou. E não tinha ninguém para suprir, somente eu e ele; então, fui designado em substituição. Eu era dos mais modernos e fui procurador-geral nesse momento, por cerca de cinco dias. Aquele sonho do gabinete, da época da posse, foi, então, de certa forma realizado, nesse curto período [risos]. Após a Lei 75, porém, assumi, num dado momento, tanto a Vice-Procuradoria-Geral – que era um substituto eventual –, quanto a presidência do Conselho, que é o cargo substituto numa hipótese de afastamento permanente, caso, por exemplo, da aposentadoria do Dr. Milton, quando assumi a Procuradoria-Geral até se desencadear o processo de eleição e eu me afastar para ser candidato. Fui corregedor, fui presidente da Comissão de Arquivamentos, de Coordenação e Revisão; estive, enfim, praticamente em todos os cargos, mas nem sempre por opção: foi porque não existia um quadro de funcionários. Então, eu ia cobrindo as necessidades até que as promoções fossem feitas e existissem colegas em número suficiente para ocupar todas as funções. Foi uma época desgastante, porque passávamos o tempo todo por essa dinâmica

de recebimento de propostas e aceitação – porque para toda movimentação ou promoção era indispensável a aceitação. E friso: muitos colegas não aceitavam promoções, para não serem obrigados a ir para Brasília.

Paralelamente, me envolvi na atividade associativa. Em 30 de dezembro de 1990, assumi a presidência da Associação de classe, sendo reconduzido para a função em dezembro de 1992. Foi quando iniciamos uma campanha para a mudança da sede da Associação do Rio de Janeiro para Brasília, onde de fato aconteciam já todos os contatos pertinentes. Também nesse período, me dei conta de que as pensionistas estavam com as pensões muito defasadas, de modo que pedi a cada uma delas que requeresse a atualização dos valores junto à Procuradoria-Geral da Justiça Militar, o que efetivamente foi feito, havendo uma sensível melhora nos rendimentos daquelas senhoras. Tenho a alegria de haver ajudado as viúvas a saírem de uma condição dramática de penúria, pois a atualização não era feita de ofício.

Tenho, também, certa ponta de orgulho por haver inaugurado o prédio-sede da Procuradoria-Geral. Se durante 75 anos a Procuradoria teve que conviver com empréstimos de espaço, no ano de aniversário de 75 anos houve a inauguração desse prédio, no Setor de Autarquias, como nova sede da Procuradoria-Geral. Ele foi planejado, arquitetado e contratado na gestão do Dr. Milton, mas logo nos primeiros meses de construção ele se aposentou e quem assumiu a construção do prédio fui eu. Salvo engano, inaugurei o prédio no dia 18 ou 19 de dezembro de 1995, me aposentando no dia seguinte, ainda tendo um curto período de mandato pela frente. Mas por opção minha, me aposentei no dia seguinte.

**Memória MPM** – *Mas por que antecipar a aposentadoria?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Havia uma perspectiva de perder várias oportunidades de aposentaria: era aquele momento em que estava se falando de reforma da Previdência, em aumento de limite de idade, entre outros fatores; e de repente eu, que já tinha implantado todas as condições para me aposentar teria de ficar mais cinco ou dez anos. E isso me assustou um pouco. Em segundo lugar, o exercício da Procuradoria-Geral, aquele sonho de 1981, foi, na verdade, pesado, complicado. A cada período de calmaria se seguem tempestades intensas e desgastantes. É difícil a gente agradar a todos. Por mais que se tente, acabamos deixando descontentes pretensões de colegas, e isso não é bom. O convívio cordial é melhor do que tudo, e nós, quando estamos na chefia, temos que tomar decisões, dizer alguns “não”. Algumas decisões não são compreendidas pelos colegas, que alegam arbitrariedade. Pessoalmente, não acredito que eu seja arbitrário, mas cheguei a ouvir mais de uma vez que era. Tinha dúvidas, se era ou não, na época... Mas foram situações que, com o passar do tempo, mostraram que estava tentando o caminho mais próprio, apesar de errar – não há quem não erre. Procurei sempre fazer o melhor e cultivar as amizades, muito embora não seja a pessoa mais calma do mundo. Penso que hoje sou mais agregador do que fui à época.

**Memória MPM** – *E o fato de ter sido, no processo eleitoral interno, o segundo lugar na lista tríplice, complicou a sua gestão depois?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Complicou sim. Eu vi um depoimento do Dr. Milton Menezes dizendo que na eleição ele alcançou 80% ou 90% de aprovação. Isso mostrava, embora ele tivesse sido procurador-geral por 25 anos na base da nomeação, que foi aprovado pelos colegas. Achei lindo, achei ótimo! Mas quando cheguei a minha vez, não me senti desaprovado pelos colegas por não ter alcançado igual sufrágio – recebi cerca de vinte por cento dos votos.

Não me senti desaprovado por 80%. Entendi isso como a aprovação e o apreço pelo colega José Carlos Couto de Carvalho, primeiro eleito da lista tríplice. Não sei se me fiz entender: numa disputa entre os dois, ele foi aprovado. E quero lhe dizer, é histórico isso, que na hora que a contagem de votos terminou eu disse publicamente: “Parabéns Couto, me diga quando vai ser sua posse!”. Desse momento em diante, porém, o procurador-geral da República houve por bem me nomear. Muitos colegas não aceitaram. Poucos demonstraram isso, mas não aceitaram. E até colegas que eu nunca imaginei que me hostilizariam, acabaram por fazê-lo. Quero dizer que tive no Couto um excelente colega sempre, e mesmo considerando que ninguém tinha mais razão do que ele para ficar magoado e triste, ele superou. Mas tive colegas que não superaram, que decididamente não facilitaram em nada minha gestão. Muito incisivos em sua recusa. Atrapalhou? Não exatamente, mas não colaborou. É duro pensarmos que aquele convívio amistoso de até ontem, hoje deixa de existir por uma razão de política. Eu não movi uma palha – depois da eleição ocorrida – para ser nomeado. Mas o procurador-geral era meu amigo, o Aristides Junqueira. Ele disse: “Eu trabalhei com você esse tempo todo, e te conheço, mas não conheço o colega. Então, entre os dois, vou nomear você!”. Eu ia responder que não? Mas não movi uma palha para tanto. Fui comunicado da minha nomeação na cerimônia de posse no gabinete dele. Foi um mal-estar? Sem dúvida. Atrapalhou um pouco. Se eu não tivesse aceitado, inclusive, estaria ganhando bem mais hoje; aposentei-me não pagando Previdência, não ganhando os 20% do topo de carreira e só aí, numa conta rápida, são 11% mais 20%, a menos.

**Memória MPM** – *Sem contar o auxílio-moradia, entre outros...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Houve uma inversão tão grande que o aposentado parava de pagar a Previdência; hoje, quem não se aposenta é que

não contribui. De qualquer forma, se está favorecendo os colegas, ótimo. A aposentadoria sempre se dava como uma promoção ao cargo seguinte; no topo de carreira, tem os 20%, que também não recebi. Mas naquele momento não havia isso para o procurador-geral.

**Memória MPM** – *E quem lhe sucedeu?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Quem me sucedeu foi o Dr. Kleber de Carvalho Coêlho.

**Memória MPM** – *E no período de interinidade?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Eu creio que foi o Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz. O Dr. Kleber em seguida se elegeu e, depois, se reelegeu. Mas, repito, de coração: não tenho mágoa de nenhum colega, nem daqueles que mais belicosamente me hostilizaram. O Dr. Couto prestou a colaboração dele durante um período, mas se aposentou logo em seguida. E eu e o Couto sempre fomos muito amigos, contemporâneos de colégio, embora sem sabermos disso. E pela vida afora estivemos muito próximos, também sem conhecimento. Fomos companheiros de concurso e da ida para São Paulo... Eu tenho a maior consideração e a maior admiração pelo Couto. Acredito que ele me tem em muito boa conta. Embora eu possa entender caso ele tenha guardado alguma mágoa em relação a essa questão eleitoral, porque veja: se alguém foi votado esmagadoramente, fica difícil compreender por que outro foi nomeado...

**Memória MPM** – *Mas até aí, faz parte das regras do jogo...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Certamente.

**Memória MPM** – *Houve algum acordo entre os candidatos durante a campanha, no sentido de que os outros abririam mão da indicação em favor do melhor votado?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Não, de maneira nenhuma. Eu acreditava, intimamente, que seria ele o nomeado. E achava também, que eu e ele chegaríamos mais próximos do empate na votação da tríplice. Eu tinha essa doce ilusão. Mas os colegas provaram o contrário. Essa lista é interessantíssima porque se poderia votar em dois. Então, em minhas sondagens, eu percebia aqueles claramente fiéis ao Couto, mas muita gente ia votar nos dois ou em mim. Na apuração foi diferente... [risos]. Não recordo qual político que dizia que na hora de votar... dá uma vontade de trair!... [risos]. Um momento de tortura meu, contudo, foi a apuração dos votos.

**Memória MPM** – *Pela quebra de expectativas? Gerou decepção?...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Certamente. Quando eu falava com as pessoas, acreditei convencer várias a votar em mim, ou em mim e no Couto, ao menos. Quando afirmavam que iriam votar no Couto, eu ainda assim dizia que era um bom voto. Mas eu não tinha experiência eleitoral e acalentei uma confiança que não existia, afinal, não sabia como eram essas coisas.

**Memória MPM** – *E desse período como procurador-geral, quais foram as maiores realizações e lembranças, as atividades, além dessa inauguração do prédio já mencionada? Algum processo muito espinhoso?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Pensas naquele do submarino?

**Memória MPM** – *De tempos em tempos, a imprensa volta a essa história do submarino, mas é um processo confidencial...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – O que eu recebi marcado como secreto, fica secreto. Mas sobre o que reverberou, posso dizer que o presidente do Tribunal endossou a ideia de que tinha que haver denúncia do almirante por parte do Ministério Público.

**Memória MPM** – *Do almirante responsável pela gestão do projeto?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Exatamente. E eu disse que não. O presidente do Tribunal, porém, alegou que não iria aceitar o meu pedido de arquivamento. E voltou para cá o processo. Como *dominus litis*, deitei um pouquinho de doutrina sobre o tema, e requeri não apenas o arquivamento, como a impossibilidade de qualquer outra manifestação nos autos uma vez que o Ministério Público se colocava pelo arquivamento.

**Memória MPM** – *Se utilizou de uma prerrogativa do procurador-geral, então? Essa é realmente uma parcela de soberania que o procurador-geral encerra. É uma decisão que ele pode tomar e para a qual não cabe recurso; cada chefe de Poder tem suas prerrogativas...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Mas estive com esta bomba na minha mão, embora tenha sido rápido em lidar com o fato. Eu nunca soube nem quem era o almirante, nunca recebi qualquer contato de quem quer que fosse em favor desse processo. Chegaram a me dizer que ele era uma pessoa com um trato mais difícil, mas não sei se é verdade. Eu, porém, me convenci de que não havia motivação para denúncia.

**Memória MPM** – *Até onde eu sei, tinha relação com carros de segurança...*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Eu lhe pergunto: alguém lidando com milhões e milhões vai checar coisas ínfimas como, por exemplo, se esse

copo está ou não com o emblema de uma instituição, e se não tiver, significaria que você está querendo este copo para si? É a mesma história dos carros. Administrativamente, poderia ser até bobagem, mas os carros eram comprados em nome deles para driblar a espionagem internacional da qual eram alvo. Já viu filme de espionagem americano? Os carros não são sempre aquela *Chevrolet GM* preta com vidros fumês? Todos os carros da CIA são aqueles. Eles aqui tinham o *Opala* de serviço, mais o *Monza* era comprado em nome particular, com as devidas assinaturas e entregas de volta. Era isso. Um projeto que lidava com milhões! E os caras ficavam em cima de um *Monza* que não estava regulamentado?

**Memória MPM** – *E as medalhas e condecorações?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Parece que eu tenho muitas medalhas. Mas a verdade era que as medalhas se tornavam quase que inerentes ao cargo ocupado. Achei interessante gente que me pedia medalhas, mas que nunca havia feito realmente nada para merecê-las.

**Memória MPM** – *O senhor gostaria de deixar algo mais registrado?*

**Marco Antonio Pinto Bittar** – Dois registros interessantes. O primeiro é que eu e o colega Couto estivemos juntos na nossa Associação em um momento muito feliz. Conseguimos muitas realizações excelentes: 100% de associados, vários pleitos administrativos e judiciais atendidos em favor dos colegas, as pensões das viúvas (como já mencionei), enfim, a presidência da Associação foi um tempo de muitas alegrias e realizações.

O segundo, não logrei êxito, mas gosto muito de trazer o tema ao debate, em função de estar prescrito em lei e não ser cumprido. Há um artigo

## HISTÓRIAS DE VIDA

da Lei Complementar nº 75 que estabelece que os membros do MP recebam o tratamento que é dispensado aos membros do Judiciário junto aos quais ele oficia. É o procedimento desde 1993. Porém, nunca foi incluído no decreto de cerimonial. Já vi solenidades em que o prefeito daquelas cidadelas de 500 habitantes sempre diz “vossa excelência” para os juízes, mas para o promotor sempre guarda um “vossa senhoria” ou outra coisa que o valha. Eu digo sempre que não sou, que não preciso e que nem quero ser chamado de “vossa excelência”. Mas acho que se é devido, tem que ser usado. E não é assimilado. Eu vejo que há lugares, inclusive, que fazem questão de puxar o termo “você” para evitar o “vossa excelência”. Não acho que é por mal, mas creio que é uma forma de demonstrar que não nos reconhecem como tal. Disse isso aqui e em outros lugares, e já foi interpretado como um desejo de polir o ego, mas não se trata disso.

Por fim, eu gostaria de agradecer a oportunidade de registrar este depoimento junto ao Centro de Memória.